



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS**

**PARECER Nº 199/19**

**DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

**PROCESSO Nº 1366/19**

**RELATOR (A): JÓ PEREIRA**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Deputado Davi Maia, projeto que tramita com o número 99/2019, a matéria dispõe sobre a obrigatoriedade de realização da logística reversa pelos produtores e comerciantes de medicamentos vazios ou vendidos no Estado de Alagoas.

O Projeto foi submetido para análise da 2ª Comissão de Constituição Justiça e Redação, para elaboração de parecer, cabendo a essa comissão apenas analisar a legalidade e a constitucionalidade da matéria, ficando a análise de mérito para a Comissão Temática ou para o Plenário.

O Projeto de Lei em análise busca instituir uma política de logística reversa de embalagens e frascos de medicamentos no Estado de Alagoas, criando pontos de recolhimento e aplicando sanções.

A matéria em análise não possui qualquer vício de iniciativa, respeita todas as normas constitucionais, e no mérito é uma iniciativa extremamente importante, não extinto nenhum óbice para a sua tramitação.

O projeto não invade a competência do Poder Executivo, conforme precitua o artigo 86 da Constituição do Estado de Alagoas:

**Art. 86.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral do Estado e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

